

Sarney: "Uma vitória para o País"

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

"Uma vitória muito expressiva para o País e não uma vitória pessoal." Assim o presidente José Sarney definiu ontem, às 20 horas, quando deixava o Palácio do Planalto, o resultado sobre o sistema de governo. Insistindo em que nunca tratou a questão com interesses pessoais, ele fez questão de ressaltar a grande diferença de votos em favor do presidencialismo.

O ministro da Administração,

Aluizio Alves, foi um dos primeiros a chegar ao Planalto após a votação. E anunciou que, "agora, o governo poderá ter uma base parlamentar estável". Sarney, de acordo com o ministro, sabia que não tinha esse respaldo porque perdeu o apoio das lideranças partidárias — PMDB, principalmente. Com o resultado de ontem, os constituintes delinearam uma nova forma de sustentação para o Planalto.

Sarney, ainda segundo o ministro, além de identificar seus novos

aliados, também tem certeza de que serão aprovados cinco anos para seu mandato. Para Aluizio Alves, o presidente poderá não contar com os 42 votos do PDT e do PT, mas essa diferença será compensada pelos peemedebistas que ontem votaram com o parlamentarismo. O mesmo raciocínio era desenvolvido por assessores de Sarney, que não descartaram até uma futura reforma ministerial.

Pela análise dos assessores, o presidente poderá agora concretizar

um programa de governo para até o final de seu mandato, livre de pressões políticas. Mas até a votação que definirá o mandato de Sarney, "ninguém vai deixar a peteca cair", como disse o ministro da Reforma Agrária, Jader Barbalho, que também foi ao Planalto após o resultado da Constituinte.

Apesar da certeza de que o presidencialismo seria mantido, os 344 votos a favor do sistema surpreenderam os auxiliares próximos do presidente. Nas primeiras horas do

dia, eles trabalhavam com um número em torno de 285. Com mais 30 indecisos que ainda poderiam ser influenciados, as perspectivas incluíam um resultado máximo de 315 votos presidencialistas, 29 a menos do que foi registrado oficialmente.

Também confiante estava o assessor especial do presidente, Thales Ramalho, para quem Sarney ficou agora mais forte e com melhores condições de desenvolver um projeto de governo. Ele disse ainda que o resultado não representou uma vi-

tória pessoal do presidente, mas da tradição republicana do País, encarnada por Sarney. Já o ministro Ronaldo Costa Couto, ex-porta-voz informal do Planalto, não quis comentar a votação de ontem. Preferiu mandar um recado, através de um assessor: "O ministro mantém seu silêncio, porque mineiro trabalha em silêncio". Uma atitude parecida com a de Jader Barbalho, que depois de cumprimentar o presidente pelo telefone, disse: "Barulho não resolve; o que resolve é o voto".

Começa agora a caça aos 5 anos

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

No exato momento em que o placar do plenário da Constituinte anunciou a vitória da tese presidencialista, foi aberta a temporada de caça aos votos do mandato de cinco anos para o presidente Sarney. Antônio Carlos Magalhães anunciou medidas econômicas "amargas". O ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, defendeu a ideia de que todos os seus colegas de ministério devem pôr o cargo à disposição do Chefe do Executivo, para que ele fique à vontade para reestruturar seu governo. Antes mesmo da votação, supreendente até para as previsões mais otimistas do Planalto, o próprio Sarney comunicou a um governador que, a partir de hoje iniciaria um governo. Sentia-se livre da tutela do PMDB e de Ulysses Guimarães. Providenciaria, com certeza, uma reforma ministerial e pode mesmo adotar medidas drásticas no setor econômico, como depois anunciaria o ministro das Comunicações.

Como Aureliano, o ministro da Educação, Hugo Napoleão, acha que, se é para deixar o presidente à vontade, os ministros devem entregar as

pastas tão logo a Constituinte defina o mandato de Sarney. "Já estamos iniciando outra batalha, a do mandato de cinco anos", disse ele. Hugo Napoleão afirmou que o presidente, com a aprovação do sistema presidencialista, "está com a bússola firme nas mãos para mudar o rumo do governo".

Mais apressados, os deputados José Lourenço, líder do PFL, e Roberto Cardoso Alves, da direção nacional do PMDB, acham que Sarney deve promover, de imediato, a reforma ministerial e a reformulação do governo. "Esta aprovação surpreendente só foi possível", disse Cardoso Alves, "porque é dando que se recebe".

"Mais importante do que reforma ministerial, agora que já existe definição sobre o sistema, são os métodos de governo a serem adotados, mesmo que eles venham a ser um pouco amargos, mas desde que resolvam a situação do povo." A previsão foi feita pelo ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, quando saía do Palácio da Alvorada, depois das 22 horas. O ministro não adiantou quais serão estas medidas, garantindo apenas que elas terão o objetivo de combater a inflação, sem, contudo, provocar a recessão, porque "o presidente nunca desejou, nem deseja isso".

Antônio Carlos Magalhães não quis listar o fim da URP entre as futuras medidas, reafirmando sua posição a favor nem quis considerar a hipótese de congelamento de salários. O certo é que muitas medidas, segundo ele, precisam ser adotadas, entre as quais algumas que combatam efetivamente o déficit público.

O líder do PFL, José Lourenço, agitado, afirmou que Sarney não pode mais perder um minuto sequer para "mudar tudo, ou quase tudo", deixando de lado os que não o apóiam e "confiando mais nos que o apóiam". E os ministros devem colocar o cargo à disposição para ajudá-lo. Aureliano Chaves concorda com a proposta, mas lembra que a vitória do presidencialismo não é tudo: "O resultado foi muito importante. Como antigo parlamentar, não me lembro de quorum total como aconteceu. Este fato tem de ser analisado. O governo saiu prestigiado. Houve resposta da grande maioria da Constituinte ao presidente. De ora em diante, a luta é para garantir o mandato de cinco anos para Sarney".

Hugo Napoleão, sem esconder seu entusiasmo, disse que o resultado foi a soma dos esforços de ministros e de constituintes, atuando com organicidade e dedicação. "Foi uma etapa fun-

damental que conseguimos superar", observou. O ministro da Educação defende também a reformulação governamental como consequência da confirmação do presidencialismo.

Antônio Carlos Magalhães, Prisco Viana, Hugo Napoleão, Borges da Silveira, Abreu Sodré, Iris Rezende e o consultor-geral Saulo Ramos, principalmente, foram os ministros que mais agiram, junto aos constituintes de vários partidos, para assegurar a aprovação do presidencialismo.

No Palácio do Planalto o resultado também surpreendeu. Havia confiança na vitória, mas com o máximo de 313 votos, conforme disseram antes da votação os deputados Carlos Sant'Anna, Ricardo Filiz e Luiz Eduardo Magalhães. Um assessor do Planalto comentou, logo após a votação, que o resultado "tem de ser a grande motivação para Sarney determinar as mudanças de verdade, a começar pelo ministério".

No campo político, o presidente comandará a reformulação de sua base de sustentação, acima das siglas, libertando-se da tutela de Ulysses Guimarães e de boa parte do PMDB, que lutou pelo parlamentarismo e que pretende lutar pelo mandato de quatro anos.



Para EMFA, patriotismo e fim do sufoco

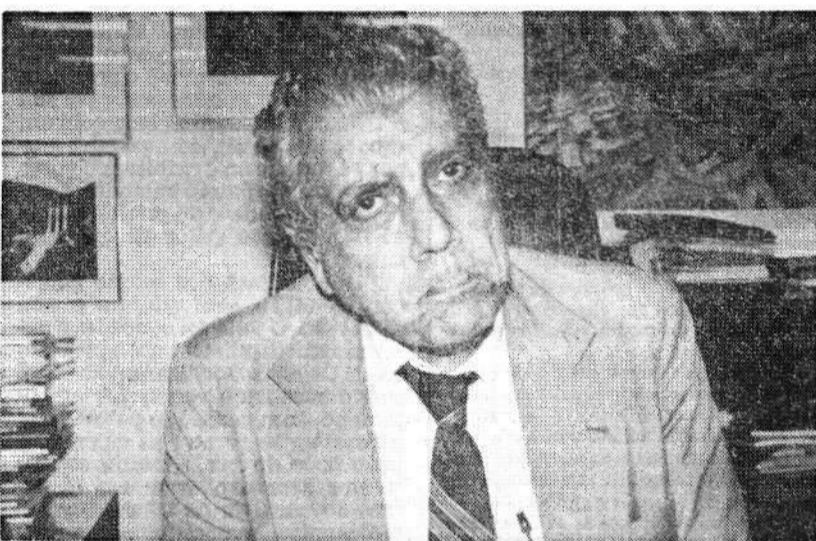
BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

"Agora podemos sair do sufoco dos últimos dias e há condições de o mandato de cinco anos para o presidente ser aprovado." A afirmação foi feita ontem pelo ministro-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, brigadeiro Paulo Roberto Camarinha, depois da aprovação pela Constituinte da emenda presidencialista. "Os congressistas revelaram uma consciência patriótica, pois o presidencialismo é o melhor para o Brasil", afirmou. Também manifestaram satisfação os ministros da Marinha, almirante Henrique Sabóia; do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves; e da Aeronáutica (interino), brigadeiro Fernando Martins Costa.

Camarinha, que acaba de chegar de uma viagem de uma semana ao Chile, negou que os militares estejam exercendo alguma tutela sobre a classe política. Lembrou declarações do ministro da Aeronáutica, que defendeu o direito de os militares se manifestarem "como cidadãos": "Os ministros militares estão apenas externando seus pontos de vista. Nenhum deles disse que esse ponto de vista deveria ser acatado". E enfatizou: "Eu não acredito em casos. O País está amadurecido".

Para Camarinha, a "comprovação do presidencialismo e a perspectiva natural de aprovação do mandato de cinco anos, não há dúvidas de que agora o presidente Sarney tem melhores condições de enfrentar a crise econômica". Segundo o ministro-chefe das Forças Armadas, "a tradição brasileira foi mantida, e pode-se evitar a repetição do que ocorreu em 1961, quando se usou o parlamentarismo para evitar um problema que acabou tendo dobramento".

Na área militar, a situação era de aparente calma. Os assessores dos ministérios da Marinha, Exército e Aeronáutica disseram que havia absoluta tranquilidade nos gabinetes. Disseram ainda que os titulares das pastas não receberam, no dia de ontem, nenhum parlamentar, e que os três ministros cuidaram apenas de suas agendas internas. Apenas o ministro do Exército teria saído no final da manhã para despachar com o presidente Sarney.



Ermirio admite pressão militar para ele mudar

Ermirio muda só para evitar confronto armado

O empresário Antônio Ermirio de Moraes admitiu ontem que recebeu pressão de setores militares para mudar sua posição favorável ao sistema presidencialista de governo com mandato de quatro anos. Depois de um encontro com representantes militares, ocorrido há duas semanas, Antônio Ermirio passou a defender a proposta parlamentarista com cinco anos, pois entendeu que o País corria o risco de um confronto armado se o mandato do presidente Sarney fosse reduzido. "Os militares deixaram claro que consideravam os quatro anos um insulto ao governo, mas aceitaram até o parlamentarismo", afirmou.

Envolvido com várias reuniões sobre o Hospital da Beneficência Portuguesa, Antônio Ermirio não acompanhou a votação da emenda presidencialista na Assembléia Nacional Constituinte, mas confessou-se aliado com a sua aprovação. Ele garantiu que, pessoalmente, sempre foi favorável à manutenção da atual forma de governo. Disse que só apoiou o parlamentarismo em determinado momento, porque saiu da reunião com os militares convencido de que, se aprovada, a eleição presidencial este ano não aconteceria. "Com o resultado da votação, os cinco anos para Sarney estão praticamente garantidos. Foi uma vitória 100% do presidente".

Segundo ele, a decisão da Constituinte era até esperada. "Se o governo não quis negociar, é porque estava

seguro de que iria ganhar." Além disso, lembrou, houve uma pressão "homem a homem" sobre os constituintes. O próprio Ermirio disse que conversou com alguns parlamentares, depois daquela reunião com os militares, recomendando que revissem suas posições. "Senti que a possibilidade de um confronto era iminente. O parlamentarismo seria uma solução aceitável, porque eu não queria um retrocesso no País".

Para o empresário, já não há mais esperança de haver eleições presidenciais este ano. Aliás, Ermirio acredita que elas só devem acontecer depois da elaboração de toda a legislação ordinária que completará a nova Carta. "A partir de agora, só espero que os congressistas tenham juízo e façam um bom governo", comentou, garantindo que não será candidato a presidente da República. A seu ver, a votação de ontem agradou a população, "até mesmo por ignorância", porque poucos sabem o que é parlamentarismo. Portanto, entende, não deverá haver uma grande mobilização por eleições diretas este ano.

Antônio Ermirio acredita ainda que há outra vantagem na decisão da Constituinte: os homens do governo econômico continuarão os mesmos. "Se tivéssemos o parlamentarismo, eles seriam mudados, o que não é aconselhável para o País." Na sua opinião, o importante no momento é resolver a questão da dívida externa — "carro-chefe da inflação".

Governadores lutam e convencem constituintes

AGÊNCIA ESTADO

Os 15 governadores que estiveram ontem em Brasília jogaram pesado, e sua ofensiva final, junto com o Planalto e os ministros, foi fundamental para a vitória da tese presidencialista. E os que ficaram em seus estados, como Orestes Quércia, telefonaram insistentemente para os constituintes. "Acho que Quércia conseguiu na última hora mudar pelo menos oito votos", comentou o deputado Sólton Borges dos Reis (PTB-SP).

Os constituintes paraenses foram duramente pressionados pelo governador Hélio Gueiros e pelo ministro Jader Barbalho. Instalado no gabinete do deputado Fernando Cunha, o ministro comandava a operação, e ameaçava: "Quem votar pelo parlamentarismo vai perder os cargos que conseguiu". Amazonino Mendes visitou todos os gabinetes dos parlamentares do Amazonas, além de almoçar com a bancada antes da votação para uma checagem final das posições.

A deputada Beth Azeite (PSB-AM) denunciou o governador por estar usando o Banco do Estado do Amazonas e a Caixa Econômica Federal como arma de convencimento. Na última hora, o parlamentarista José Dutra (PMDB-AM) virou presidencialista. "Ele tem muitos cargos e vai ser punido", comentou, irônico, um assessor de Amazonino.

Para reforçar seus argumentos, Newton Cardoso levou para Brasília vários secretários, assessores e diretores de empresas públicas mineiras. A estratégia deu certo e ele conseguiu a volta de rebeldes parlamentaristas como Hélio Costa, Aécio

Neves Cunha, José da Conceição e José Geraldo. No jogo de pressões participaram os ministros Ronaldo Costa Couto e José Reinaldo.

No plenário, deputados mineiros comentavam que José Geraldo foi ameaçado por Newton Cardoso de corte em contratos de empreiteiras nas quais o deputado teria interesse. O governador de Rondônia,

Jerônimo Santana, também circulou muito entre os constituintes de seu estado, exigindo o voto presidencialista.

Epitácio Cafeteira, do Maranhão, pressionava os constituintes até pelos corredores e perto do plenário. E advertia que um voto parlamentarista poderia trazer represálias ao estado, "o que, no futuro, valeria votos nas eleições".

"Quem também usou chumbo" grosso foi o governador do Paraná, diziam assessores diretos do senador José Richa, adversário político de Alvaro Dias. O governador almoçou com o deputado Paulo Pimentel e trouxe para conversar com a bancada Joaquim Santos Filho, vice-presidente de operações da Caixa Econômica Federal.

Richa ainda tentou que os governadores parlamentaristas Henrique Santillo e Pedro Simon pressionassem suas bancadas, mas pouco conseguiu. Queria também que Tasso Jereissati liberasse os parlamentares de seu estado. No entanto, o governador cearense foi figura ativa na pressão pelo presidencialismo.

Em São Paulo, Orestes Quércia disse que a manutenção do presidencialismo fortalece o presidente Sarney, principalmente porque 344 constituintes votaram a favor do sistema de governo. Em sua opinião, só com o presidencialismo é que o Brasil conseguirá superar a crise atual. No Rio, o governador Moreira Franco afirmou que o presidencialismo "é a vocação natural do povo brasileiro". Mesmo assim, não acredita que a votação de ontem influiria na definição do mandato do presidente Sarney. Para ele, o sistema de governo é uma questão doutrinária e o mandato uma situação conjuntural.



Jerreissati: pressão ativa

Fortalecimento, a opinião de líderes

Para líderes políticos, religiosos e estudiosos, com a aprovação do sistema presidencialista o governo sai fortalecido. Eis algumas opiniões:

Delfim Netto, (deputado federal (PDS-SP): "Agora não vejo mais motivo para votar nos quatro anos de mandato. Só se fosse com eleições gerais e parlamentarismo. A Constituinte nada fez para produzir um sistema de governo que funcionasse com os cinco anos".

Franco Montoro, ex-governador de São Paulo: "A decisão foi clara, com maioria significativa. Cabe a todos acatá-la soberanamente. O presidente Sarney saiu fortalecido e foi uma vitória do governo. Há certas derrotas que até fortalecem o PMDB".

Milton Salles, líder do PFL na Assembléia Legislativa de Minas: "Seria melhor o parlamentarismo, pois a participação do Parlamento no governo diminuiria a corrupção, já que a fiscalização é maior".

Deni Schwartz, ex-ministro do Desenvolvimento Urbano: "A vitória do presidencialismo significa uma expressiva demonstração de força por parte do Palácio do Planalto".

Francisco Weffort, cientista político: "O resultado me surpreendeu. O parlamentarismo prestigia a organização dos partidos e o presidencialismo, na tradição brasileira, dificulta".

Dom Lucas Moreira Neves, arcebispo de Salvador e primaz do Brasil: "Enquanto o parlamentarismo permite maior participação popular e, por outro lado, tem menor estabilidade, o presidencialismo tem a vantagem de ser um governo com maior continuidade e a desvantagem de ser centralizador".

Tese prevalece, dizem empresários

Embora divididos nas opiniões, os empresários concordam: a vitória foi da tese presidencialista, não do presidente Sarney.

Eduardo Rocha Azevedo, presidente da Bolsa de Valores de São Paulo: "O Brasil escapou do golpe do dr. Ulysses. Não foi uma vitória do presidente Sarney, mas uma derrota de Ulysses. Houve sensibilidade da classe política. Espero agora que a população tenha sensibilidade suficiente para pedir eleições gerais em 88".

Carlos Eduardo Moreira Ferreira, 1º vice-presidente da Federação das Indústrias de São Paulo: "A vitória é da maioria que decidiu pelo presidencialismo, e foi uma posição acertada. O que saiu fortalecido foi a tese, e não o presidente. Agora é preciso prosseguir com as votações na Constituinte o mais depressa possível, porque a Nação atravessa uma crise".

Abraam Szajman, presidente da Federação do Comércio de São Paulo: "Preveleceu o bom senso. Os constituintes fizeram valer a vontade popular, escolhendo o sistema de governo que a sociedade prefere para o Brasil de hoje".

Paulo Vellinho, presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee): "Uma decisão extremamente preocupante. Tudo indica que os constituintes votaram pelos cinco anos de mandato — e se se repetir por mais dois anos a situação desastrosa do presidente nos últimos três, será o caos".

César Rogério Valente, presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (Fedarul) de Porto Alegre: "A manutenção do presidencialismo foi resultado da casuística e extraordinária pressão do governo sobre os parlamentares, em função do mandato do presidente e no interesse dos presidencialistas que querem disputar o cargo".

César Bassani, vice-presidente da Federação dos Bancários do Paraná: "Agora vai passar o mandato de cinco anos, uma decepção para 90% da população".

CUT acha que é a vontade do povo

"Venceu a vontade do povo." Foi esta a reação do presidente nacional da CUT, Jair Meneguelli, à decisão de ontem da Constituinte de aprovar a emenda presidencialista: "Estou com 40 anos e finalmente vou poder, pela primeira vez, votar para presidente. O povo não aceita votar numa rainha Elizabeth enquanto um colégio eleitoral estaria determinando o nome do mandatário da Nação".

Para o sindicalista, o parlamentarismo só pode funcionar num regime de democracia plena: "Não é o caso do Brasil. Se com presidencialismo já estamos sujeitos a pressões do poder econômico nas campanhas, a manipulação do tempo de propaganda gratuita na tevê, imagine então com parlamentarismo. Teríamos uma sucessão de manobras eleitorais, sem nenhum controle da população. O povo quer votar, não interessa se certo ou errado, mas quer escolher por si mesmo".

Quanto à possibilidade de intervenção do Exército nos assuntos nacionais para "manter a ordem e a lei", Meneguelli acha que "os militares querem dizer com isso que vão garantir as eleições diretas já".

Já para o presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, Antônio Rogério Magri, a classe trabalhadora será prejudicada com o presidencialismo: "Não tenho dúvidas de que em função da aprovação do presidencialismo o presidente Sarney conseguirá cinco anos de mandato. Af, a classe trabalhadora terá o maior arrocho salarial de sua história. Só que, desta vez, estamos preparados. Daremos resposta à altura e não vamos permitir, por exemplo, a extinção da URJ (Unidade de Referência de Preços) para os funcionários das estatais".

ABC/Agência Estado

Cresce a divisão no PMDB

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

As divisões do PMDB se tornaram ainda mais agudas e apaixonadas ontem com a aprovação do regime presidencialista de governo, isolando o grupo oposicionista, integrando, entre outros, pelos senadores Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso, José Richa, pelo ex-líder Pimenta da Veiga e pelas suas correntes mais à esquerda, suscitando novas especulações sobre sua saída do partido.

O PFL mostrou dissidência perfeitamente aceitável pois 80% da bancada seguiu a orientação do líder José Lourenço, até o seu presidente, senador Marco Maciel.

No PDS, nem o presidente, senador Jarbas Passarinho, nem o líder Amaral Neto, deram maior importância ao fato de a bancada haver rachado ao meio, no tocante ao sistema de governo. Não há polêmica entre eles por causa disso. O líder do PTB, Gastone Righi, que é parlamentarista, simplesmente abriu questão em sua bancada, que votou majoritariamente pela manutenção do atual sistema.

No PMDB, a fratura é grave e exposta. A divisão se tornou tão acirrada que o líder Mário Covas

não se arriscou a falar contra a emenda Humberto Lucena tendo, exatamente, as reações dos peemedebistas. Ainda assim, foi duramente criticado quando, reconhecendo na hora da votação que não podia falar pela bancada, criticou o presidente Sarney.

Para o deputado Del Bosco Amaral (PMDB-SP) "o PMDB saiu muito dividido. O líder Mário Covas, é certo, abriu a questão. Quando, porém, se referiu negativamente ao presidente José Sarney, criticou, implicitamente, todos os constituintes do partido que votaram no presidencialismo. Fez o pior discurso da tarde em cinco palavras".

O deputado Roberto Brant (PMDB-MG) abriu o jogo: "O novo partido, que estava em gestação, agora sai. Aqui se configurou uma maioria fisiológica de que temos de nos separar". E acrescentou: "O novo partido nasce forte em Minas".

Pertencendo ao grupo dos históricos, Pimenta da Veiga (PMDB-MG) não ocultou seu pessimismo: "Para formalizar a divisão do PMDB, falta apenas aprovar o mandato de cinco anos, que mostrará a total submissão da maioria do partido à vontade do governo, o que inviabiliza qualquer projeto político

independente dentro de suas fileiras".

Um dos líderes do Centrão, Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) continuou seu esforço para afastar os esquerdistas do PMDB: "Isto não chega a dividir o PMDB porque a esquerda não deixa o partido nem o governo. Continua mordendo o Parlamento e comendo no Planalto".

O deputado Antônio Brito (PMDB-RS) não quis comentar sua eventual saída do PMDB, e o governador da Bahia, Waldir Pires, preferiu adiar o confronto: "O que pode dividir irremediavelmente o PMDB é a duração do mandato do presidente José Sarney. E outra batalha".

No PFL, as divergências foram encarádas com naturalidade. O vice-líder Inocêncio de Oliveira achou perfeitamente compreensível a posição dos liberais que votaram pelo parlamentarismo, contra a orientação do líder: "Se você quer defender a democracia lá fora, deve praticá-la em casa", argumentou.

O líder do PTB, Gastone Righi, evitou o confronto com a sua bancada: "Tanto o sistema de governo quanto a duração do mandato são questões abstratas. A maioria da bancada é presidencialista, mas mantendo minha posição, favorável ao parlamentarismo".